

**11 A 13
DE DEZEMBRO
DE 2024**
EVENTO PRESENCIAL
NA UFRPE RECIFE

**2º Congresso Internacional de Agroecologia
e Desenvolvimento Territorial (CIADT)
11º Seminário de Agroecologia e
Desenvolvimento Territorial (SEADT)**

TEMA
Agroecologia política, sistemas alimentares e transições agroecológicas

UNIVASF UNEB APOIO CAPES

Políticas Públicas e Agricultura Familiar: a realidade vivenciada no município de Bananeiras, PB

Jonas Andrade De Oliveira. Universidade Federal da Paraíba (UFPB) E-mail: jonasandrade_pb@outlook.com
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5431265583009128>

José Lucivaldo Torquato Cordeiro. Universidade Federal da Paraíba (UFPB) E-mail: lucivaldocordeiro@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0545027164450548>

Ernandes Fernandes Da Silva. Universidade Federal da Paraíba (UFPB) E-mail: ernandes.org@gmail.com
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5828663316168364>

Izabela Souza Lopes Rangel. Universidade Federal da Paraíba (UFPB) E-mail: izabelaisl@yahoo.com.br
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8574261621048802>

Rafael Marques De Melo. Universidade Federal da Paraíba (UFPB) E-mail: rafael.marques.melo@academico.ufpb.br Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2866426109064286>

Linha de Pesquisa: Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares.

1 Introdução

Em 2014 o Brasil foi retirado do Mapa da Fome da FAO, de acordo com o organismo internacional, o fato foi motivado pelo amplo investimento em políticas públicas e controle social implementados na época, em 2022, o inquérito de insegurança alimentar revelou o retorno do país ao referido mapa, identificando entre as causas, o desmonte de políticas públicas e do controle social, que havia respondido pela saída em 2014 (De Sá; Papi, 2023).

A contribuição fundamental da agricultura familiar para a segurança alimentar e para o desenvolvimento ocorre através de políticas pública. Exemplos notáveis dessas iniciativas são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Estes não apenas garantem alimentos seguros e nutritivos para entidades socioassistenciais e educacionais, mas também promovem melhorias na renda e nas condições

de trabalho dos agricultores, contribuindo assim para o desenvolvimento regional sustentável (Estender et al., 2021).

Instituições governamentais desempenham um papel vital na implementação dessas políticas públicas, porém a participação ativa dos agricultores é igualmente essencial, especialmente no contexto das políticas públicas voltadas para o meio rural. A construção social de mercados impulsionada por essas políticas não só afeta os mercados institucionais, mas também promove uma economia mais inclusiva, gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais (Estender et al., 2021).

Diante do exposto este trabalho teve como objetivo caracterizar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar executadas no âmbito da Prefeitura Municipal de Bananeiras, Paraíba.

2 Referencial teórico

A agricultura familiar desempenha um papel crucial na garantia da segurança alimentar e nutricional, além de contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável, a criação de empregos e a geração de renda. O trabalho realizado nas atividades produtivas é feito principalmente pelos membros da própria família, o que faz com que a participação familiar seja fundamental para assegurar a continuidade social e econômica (Quijada *et al.*, 2020).

Observando isto, no contexto brasileiro, há uma gama de iniciativas voltadas para auxiliar os agricultores familiares, visando diferentes propósitos, entre os quais se destaca a proteção da segurança alimentar, citada anteriormente. Esses programas incluem ações como a concessão de apoio financeiro direcionado aos agricultores que enfrentam os impactos mais severos das crises climáticas (Silva *et al.*, 2021).

Assim, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), são exemplos de programas que desempenham um papel fundamental na garantia da produção de alimentos seguros e nutritivos para entidades socioassistenciais e educacionais. Além disso, esses programas proporcionam uma melhoria na renda e nas condições de trabalho para os agricultores e agricultoras, contribuindo para o desenvolvimento regional sustentável (Leite; Leite, 2022).

Segundo Saraiva e Borges (2021) as instituições governamentais assumem um papel de destaque no processo de criação e implementação de políticas públicas. São elas as responsáveis por garantir que as diretrizes do poder público sejam efetivamente colocadas em prática, assegurando o funcionamento adequado do Estado. No entanto, a participação dos agricultores

e seus representantes é igualmente crucial, especialmente no contexto das políticas públicas voltadas para o meio rural.

Visto isso, as transformações podem se concretizar através da construção social de mercados, nos quais estas políticas públicas não apenas impacta os mercados institucionais, mas também desempenha um papel importante na fomentação de uma economia mais inclusiva. Além dos ganhos econômicos em forma de criação de oportunidades e estimulação da atividade econômica em âmbitos local e regional, também proporciona uma contribuição relevante do ponto de vista social e ambiental (Gomes *et al.*, 2021).

3 Metodologia

O local de estudo foi a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Pecuária do município de Bananeiras, PB, que se localiza na mesorregião do agreste e na microrregião do brejo paraibano, contando com 255,641 km² de área territorial e 23.134 habitantes, e estando a 138 km da capital do estado, João Pessoa e 70 km de Campina Grande (IBGE, 2024). A área de atuação, compreendeu a sede da secretaria e as comunidades da zona rural do município atendidas pela referida instituição.

A pesquisa desenvolvida foi do tipo investigativa. De acordo com Peruzzo (2017). Este tipo de estudo consiste numa investigação efetivada a partir da inserção e na interação do pesquisador na comunidade ou instituição investigada.

Assim, o estudo ocorreu a partir da busca nas bases de dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Pecuária, nas bases de dados dos programas governamentais e em relatórios e documentos públicos, sobre a execução das políticas públicas para o campo.

Dessa forma, a coleta de informações aconteceu de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Pecuária, acompanhando as atividades do dia-a-dia do trabalho executado pelos técnicos, referentes as políticas públicas em curso no município.

Entre as quais destacamos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Garantia Safra. Assim, realizando visitas em campo acompanhando os Técnicos da Prefeitura de Bananeiras, PB, bem como auxiliando na distribuição de sementes e boletos, participando de plenárias e ademais, fazendo o levantamento de dados, disponíveis nos documentos, site e sistema da própria secretaria municipal.

Desse modo, para atingir o objetivo principal se fez necessário: Vivenciar as atividades desenvolvidas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Pecuária Do Município de Bananeiras, PB; Compreender as políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal

desempenhadas no município de Bananeiras, PB; entender os procedimentos para acesso dos agricultores às políticas públicas; e descrever os desafios enfrentados por estas ações a partir do que consta nas bases de dados.

4 Resultados e Discussão

A princípio, foi realizado a entrega dos boletos do Programa Garantia Safra. O programa oferece um auxílio financeiro que serve como rede de apoio e uma segurança para aqueles que residem em áreas sujeitas à perda de safra por estiagem ou enchente, e a contribuição referente ao agricultor é de 2%, enquanto o município fica com 6%, o estado com 20% e a União com 40% (Silva et al., 2021).

Nesta política, quando é decretada a perda da safra, os agricultores participantes são indenizados com um valor em parcela única de 1.200,R\$ (Mil e duzentos reais). O programa oferecer segurança alimentar através de transferência de renda aos agricultores mais gravemente prejudicados e susceptíveis aos efeitos negativos das crises climáticas (Silva et al., 2021). Outro ponto importante do programa é a entrega de sementes para aos agricultores, os beneficiários, de todas as comunidades rurais de Bananeiras, PB, recebem a título de doação, sementes das culturas do milho (*Zea mays* L.), feijoeiro (*Phaseolus vulgaris* L.) e sorgo (*Sorghum bicolor* L.).

No ato da entrega das sementes, foi realizada a coleta das informações pessoais dos agricultores, pelos Técnicos da Prefeitura, nesse momento, acompanhamos o registro das informações para alimentar a base de dados da secretaria, os técnicos costumam registrar as demandas da comunidade em seus sistemas.

Um dos entraves em relação as sementes, é o próprio calendário de entrega, verificando os calendários de anos anteriores, foi constatado que as sementes são entregues sempre após o período das chuvas, assim os agricultores necessitam armazenar as sementes e efetuar o plantio no ano seguinte, onde as características de germinação já não possuem o mesmo vigor.

Dentre os problemas relacionados ainda a execução dessa política destacamos, a origem das sementes. A Paraíba é um dos poucos estados brasileiros a apresentar legislação própria e específica sobre o uso de sementes crioulas, aqui conhecidas como sementes da paixão, esse arcabouço legal, incentiva boas práticas de conservação genética, além de todos os benéficos relacionados. No entanto, uma política pública tão importante como o Programa Garantia-Safra, não se adequa a esta legislação. Seria fundamental a utilização de sementes crioulas em um programa como este, uma vez que promoveria autonomia dos agricultores além de ampliar os resultados positivos já registrados.

Assim, a criação de um banco de sementes comunitários nas associações, seria uma alternativa plausível, pois garantiria a disponibilidade desses recursos além de preservar uma ampla gama de variedades de sementes (Cunha, 2013).

Em relação as Políticas para o desenvolvimento rural, o município de Bananeiras, realiza corte de terras (aração e/ou gradagem), além de reformas e construção e manutenção de barreiros, açudes e outros reservatórios de água. As ações foram voltadas a observação do trabalho dos técnicos relatando as necessidades de limpeza de barreiros e outras demandas das comunidades para agendamento e posterior atendimento, destacamos que essas e outras demandas são acompanhadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Sobre o levantamento da realidade das políticas públicas, segundo documentos e relatórios públicos, observamos que além destes programas citados, a secretaria municipal realiza outras atividades como a distribuição de mudas arbóreas, distribuição de alevinos de peixes, apoio na regularização fundiária e defesa agropecuária.

No município, segundo os Relatórios Públicos de Implementação do Garantia-Safra tem um total de 1.084 (mil e oitenta e quatro) agricultores inscritos, e o aporte que o município faz ao fundo nacional deste programa equivale aproximadamente a 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). O PNAE teve 33 (trinta e três) inscritos em 2022 e 32 (trinta e dois) em 2023. Já o PAA existe dados apenas de 2021, com 20 (vinte) agricultores inscritos. O ano de 2024 ainda não há dados registrados (MDA, 2024).

Sobre os critérios para participação, ao aderir ao Garantia-Safra, é necessário: 1. Ser agricultor familiar, ou seja, possuir DAP-Declaração de Aptidão ao PNAF ativa ou CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, atendendo os critérios do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar); 2. possuir renda familiar mensal de, no máximo, 1,5 (um e meio) salário mínimo; e 3. plantar entre 0,6 a 5,0 hectares de feijão, milho, arroz, algodão e/ou mandioca. Ocorre que um número significativo de agricultores não consegue aderir ao programa, por motivo da renda. A forma de detalhamento da renda, possibilita que facilmente os agricultores atinjam a renda máxima. Ficando assim, desclassificados do programa.

Uma maior margem de renda como critério na Lei para inclusão para o programa, seria fundamental para atender um número maior de agricultores que são barrados por ultrapassarem limites financeiros.

Esses limites são estabelecidos na lei que regulamenta o programa Garantia-Safra. A renda em programas sociais é contabilizada, logo programas como o Bolsa Família aproximam os agricultores da margem de desclassificação em algumas situações.

Existe um prazo de 90 dias estipulado pela legislação onde se observa que o município executa o programa atendendo ao prazo legal, o que não é satisfatório para os agricultores. Desse modo, compreendemos que esse prazo não comunga com os anseios dos agricultores.

Avaliando o programa, compreendemos que os desafios ou entraves relacionados a participação dos agricultores nas políticas públicas poderiam ser superados por meio da organização. Observamos que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável, tem sido muito importante nesse processo.

Sobre os preços praticados nas compras governamentais, observamos que esses não são satisfatórios para os agricultores. Entendemos que preços justos especialmente para os agricultores e a ampliação do número de variedades de produtos oriundos da agricultura familiar seriam caminhos para incentivar a maior participação dos agricultores.

O presente estudo contribuiu de forma significativa para o conhecimento das políticas públicas voltadas a agricultura familiar no município de Bananeiras, PB, sendo possível conhecer a realidade dos pontos positivos e negativos. No tocante foi possível vivenciar as experiências cotidianas na secretaria municipal de desenvolvimento rural e pecuária e em campo.

5 Conclusões

No do Município de Bananeiras, ações como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são exemplos emblemáticos que não apenas garantem alimentos seguros e nutritivos para diversas instituições, mas também promovem melhorias significativas na renda e nas condições de trabalho dos agricultores.

Investir na melhoria das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar não apenas fortalece a segurança alimentar, mas também impulsiona o desenvolvimento integral dessas comunidades.

A realização do estudo proporciona uma compreensão das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar em Bananeiras, Paraíba. Onde são executadas políticas públicas federais como Programa Garantia Safra, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

6 Agradecimentos

Aos Gestores, Técnicos da Prefeitura e agricultores e agricultoras do município de Bananeiras-PB.

7 Referências

- CUNHA, F.L. **Sementes da paixão e as políticas públicas de distribuição de sementes na Paraíba. 2013.** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas, 2013.
- DE SÁ, JULIANO FERREIRA; PAPI, LUCIANA PAZINI. Desmonte das políticas de segurança alimentar no Brasil: uma análise aos anos de 2014 a 2023. **Enepcp**, 2023.
- DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- ESTENDER, ANTÔNIO CARLOS; VENDRAMETTO, ODUVALDO; MELO, LUCIANA. Fortalecimento da microeconomia por meio da alimentação escolar. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, p. e270101522863-e270101522863, 2021.
- GOMES, L.S.; NUNES, E.M.; RODRIGUES, F.L.; RAMALHO, S.M. Impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sobre as escolas públicas no Nordeste brasileiro. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 52, n. 2, p. 103-120, abr./jun. 2021.
- MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.** 2024. Disponível em: < <https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-garantia-safra/relatorios-publicos-de-implementacao-do-garantia-safra> >. Acesso em: 20 novembro de 2024.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** 2024. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/bananeiras/panorama> >. Acesso em: 20 fevereiro de 2024.
- LEITE, M. L. DOS S.; LEITE, J. F. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 3, p. 528–538, set. 2022.
- PERUZZO, CÍCILIA M. KROHLING. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las culturas contemporáneas**, v. 23, n. 3, p. 161-190, 2017.
- QUIJADA, D. W.; CAVICHIOLI, F. A.; SOARES, N. M. Influência das políticas públicas na agricultura familiar. **Revista Interface Tecnológica**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 340–351, 2020.
- SARAIVA, O do N.; BORGES, W.L. Agricultura familiar e políticas públicas: estudo de caso na comunidade vila ressaca da pedreira, Macapá, Amapá, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 16, n. 1, Ano 2021.
- SILVA, T. P. de P. et al. Políticas públicas na agricultura familiar refletindo no contexto sobre as mudanças climáticas com enfoque no programa garantia safra. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 9, p. 94707–94726, 2021.
- SILVA, THIAGO PEREIRA DE PAIVA *et al.* Políticas públicas na agricultura familiar refletindo no contexto sobre as mudanças climáticas com enfoque no programa garantia safra
Public policies in family agriculture reflecting the context on climate change with focus

garantia safra program. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 9, p. 94707-94726, 2021.

SILVA. T, P, P. *et al.* Políticas públicas na agricultura familiar refletindo no contexto sobre as mudanças climáticas com enfoque no programa garantia safra. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.9, p. 94707-94726, sep. 2021.

SOUSA, C.L.M. **Levantamento sobre práticas agrícolas em propriedades familiares produtoras de banana no município de Bananeiras, PB.** 2021. 58 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal da Paraíba, Areia, PB.